

Combustíveis Estatal sob pressão

Governo negocia projeto para quebrar o controle da Petrobras sobre dutos

— Em busca de medidas que ajudem a conter alta da gasolina e do diesel, ministérios discutem com Congresso compartilhamento da estrutura de distribuição da Transpetro

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Nas negociações para a aprovação de medidas com potencial de redução dos preços dos combustíveis, o governo discute com lideranças aliadas no Congresso o envio de um projeto para abrir a Transpetro, braço da Petrobras que opera terminais e dutos, à concorrência. A proposta teria o objetivo de garantir “de fato” que refinarias, distribuidoras e importadores tenham acesso à infraestrutura da Transpetro — que, na avaliação de integrantes do governo, tem grande ociosidade.

Segundo o **Estadão** apurou, o envio do texto está sendo discutido com o Congresso para ser incluído no pacote de projetos que podem ajudar a reduzir preços neste momento de alta da inflação — algo com potencial para afetar as chances de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Entre os projetos em tramitação, está a fixação de um teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes. O texto foi aprovado na Câmara e agora será avaliado pelos senadores.

Subsidiária integral da Petrobras, a Transpetro tem uma atuação voltada para logística de transporte: dutos e terminais e transporte marítimo. Conta com mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 55 navios.

Segundo fontes a par das negociações, a Transpetro tem obrigação em lei de ceder e compartilhar essa infraestrutura. Mas, na prática, isso não aconteceria. A intenção da proposta é forçar esse movimento de uma maneira mais contundente. Para o convencimento dos parlamentares, integrantes do governo têm reforçado que há trechos de dutos com ociosidade acima de 50%.

Em nota, a Transpetro disse seguir normas sobre o livre acesso a suas instalações e ressaltou que sempre prestou informações aos órgãos de controle. “Os interessados podem

ainda recorrer à agência reguladora em caso de negativa pelo operador, porém nunca houve determinação da agência obrigando a Transpetro a agir de forma distinta da que vem praticando, demonstrando o compromisso com a transparência e com as boas práticas concorrenciais.”

PUNIÇÃO. O projeto deve dar mais instrumentos à Agência Nacional de Petróleo (ANP) para que toda a cadeia — refinarias, distribuidoras e importadores — possa usar os dutos da

Gigante

14 mil km é o tamanho da rede de gasodutos e oleodutos da Transpetro. “Braço” da Petrobras para a área de logística, controla ainda 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 55 navios. O governo aposta no compartilhamento de toda essa estrutura para baratear a distribuição de combustíveis

Transpetro. A atual determinação para compartilhamento é considerada muito genérica, e a ANP só tem hoje duas ferramentas de punição: multas e cassação da licença da Petrobras, o que é inviável.

No ano passado, o envio de uma medida provisória com essa proposta foi barrado pelo ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, substituído no cargo pelo economista Adolfo Sachsida.

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

e ex-diretor da ANP, Helder Queiroz avalia que a medida em tese é boa, mas, na prática, “é nula” diante da urgência que o governo tem de reduzir os preços dos combustíveis.

“É uma medida para o médio e longo prazo, por isso não seria suficiente para atender ao que o governo almeja, que é a competição com preços mais baixos rapidamente”, afirma Queiroz, acrescentando que a ociosidade não é tão alta se a análise compreender períodos mais longos, como um ou dois meses. ● COLABOROU CLEIDE SILVA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1